

**REDA, Paulo. Campinas vai unificar cobrança de dívidas: Prefeitura espera com a medida arrecadar R\$ 45 milhões neste ano para compensar a queda de receita. Folha de São Paulo, São Paulo, 26 jun. 2003.**

**PAULO REDA**

FREE-LANCE PARA A FOLHA CAMPINAS

A Prefeitura de Campinas vai implantar, a partir do segundo semestre deste ano, um sistema de cobrança consolidada da dívida ativa, que prevê a unificação de todos os débitos mantidos por contribuintes com a administração. A medida foi anunciada após a queda de arrecadação e crescimento do déficit público verificado nos primeiros meses do ano.

Hoje são 200.873 contribuintes inscritos no cadastro da dívida ativa de Campinas. O valor total devido é R\$ 794,8 milhões.

De acordo com o secretário de Finanças, Sérgio Vital e Silva, atualmente os esforços de negociação do governo se concentram nas dívidas referentes ao exercício anterior — em 2003, por exemplo, é cobrado apenas o imposto não pago no ano de 2002.

Com a adoção dessa medida, se o contribuinte possui débitos pendentes referentes a mais de um ano, os valores das dívidas poderão ser cobrados de uma só vez. A prefeitura ainda não definiu como irá comunicar aos devedores sobre a cobrança.

A expectativa da administração com a medida é aumentar a arrecadação proveniente da dívida ativa de R\$ 30,5 milhões, obtidos em 2002, para R\$ 52,5 milhões.

Do total da dívida ativa, R\$ 380,3 milhões são dívidas amigáveis (que ainda estão sendo negociadas diretamente com os devedores) e R\$ 414,5 milhões judiciais (já com ação na Justiça).

Do total de devedores, 137.912 contribuintes fazem parte da relação da dívida ativa amigável e 62.961 da dívida ativa judicial.

Entre as complicações provenientes de ter o nome incluído no cadastro da dívida ativa está o fato de a situação impedir a emissão de certidão negativa de débito pela prefeitura ao contribuinte, o que impede, por exemplo, que ele compre ou alugue um imóvel.

O administrador de empresas

José Antônio Faria, 49, negociou em janeiro deste ano sua dívida de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) de 2002 e disse que não lhe foi oferecida nenhuma possibilidade de desconto para pagamento à vista.

A prefeitura afirma que quem quiser quitar sua dívida de uma só vez tem direito a desconto de 9% sobre o total. “Em governos anteriores havia até anistia de juros e multas.”

O advogado Ângelo Manoel de Nardi, 49, tentava ontem negociar o valor total de seu IPTU de 2001, quatro parcelas de 2002 e duas parcelas de 2003 e disse que vai buscar o benefício.

“Tenho dinheiro para pagar à vista, mas espero que ao escolher essa forma de quitação obtenha alguma vantagem”, afirmou.

O advogado disse que ele e sua mulher trabalham, mas mesmo assim o orçamento doméstico ficou apertado, o que o levou a deixar de pagar o IPTU.

“Acho que os tributos em Campinas estão muito altos e o aumento do IPTU em 2003 foi exagerado, o que me levou a parar de quitar as parcelas”, disse o contador João Messias Silveira, 51. Ele afirmou que só vai renegociar os cinco meses de IPTU de 2003 que deve no final do ano.

**Queda na receita**

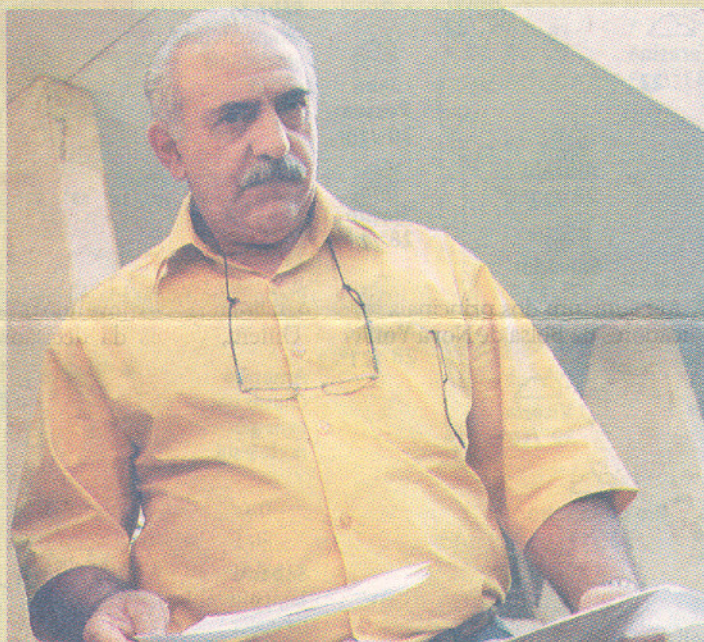
No primeiro quadrimestre de 2003 a Prefeitura de Campinas acumulou um déficit de R\$ 108 milhões. Entre receitas próprias e transferências, o município arrecadou R\$ 372 milhões, contra um gasto de R\$ 481 milhões.

Essa arrecadação corresponde a 37% do Orçamento previsto para 2003, de R\$ 1 bilhão.

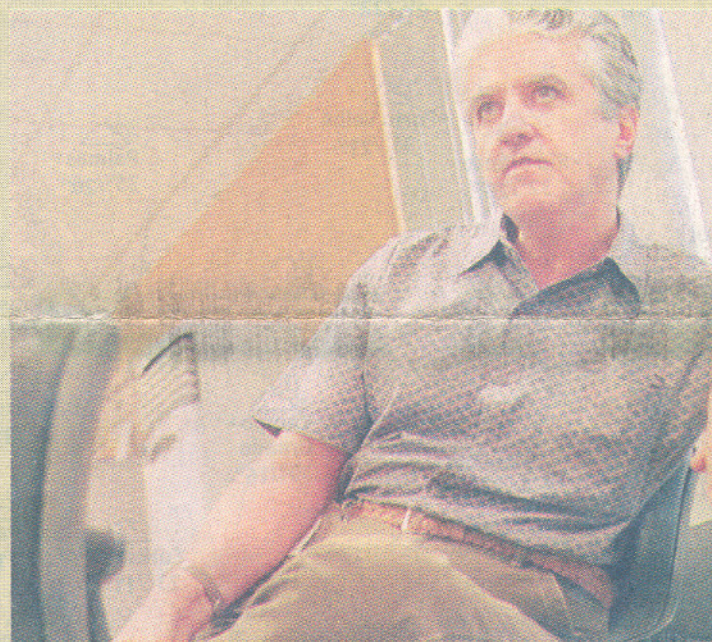
A expectativa da prefeitura era de uma arrecadação no primeiro semestre de, no mínimo, 40% do Orçamento, já que é nesse período que ocorre a cobrança em cota única do IPTU e a maior parte dos repasses do IPVA (Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores).



Contribuintes aguardam em guichê no Paço Municipal de Campinas, onde valores da dívida ativa podem ser negociados



João Silveira, que só vai negociar sua dívida no final do ano



O administrador, José Faria, que diz não ter recebido desconto